

OLTE

Organização de Luta de Trabalhadores(as) da Educação

www.fate.lutafob.org | fob-df@protonmail.com

Tese ao 12º CTE

Congresso de Trabalhadores/as da Educação

Brasília – 7, 8 e 9 de Julho de 2022

Superar a encruzilhada brasileira pela Ação Direta Sindical

A classe trabalhadora brasileira vive uma encruzilhada e sem atalho para a saída. Nesta encruzilhada, é necessário ler corretamente o cenário, pois nossas escolhas de ação derivam dessa leitura. A tragédia que é o governo Bolsonaro cria polarizações inclusive no povo, que é uma armadilha da elite contra nossa união. Cria também desespero e derrotismo, nos atraindo para soluções fáceis e a preferir um “mal menor”, como a mera troca de governos.

Alertamos que a separação da sociedade entre favoráveis X contrários ao bolsonarismo cria um desvio para nossas lutas; a separação principal que devemos reforçar é a de classes: trabalhadores X patrões. Alertamos também que a dependência e a submissão ao calendário eleitoral e às regras institucionais burguesas só reforça a passividade e falta de esperança de que o próprio povo é capaz de conquistas vitórias pela sua luta.

O bolsonarismo não é um fenômeno desconexo da estrutura e da história do poder dominante no Brasil. Bolsonarismo é uma expressão de ofensiva conjuntural e particular vinda da histórica e estrutural elite brasileira, reacionária, militarista, teológica e colonialista. Por mais atrativo que pareça, para derrotar o bolsonarismo não basta retirar a pessoa Bolsonaro do cargo de presidência por *impeachment* ou novas eleições.

Bolsonaro é um representante da elite. Outros estão aí e novos mais virão. O caminho para liquidar



o bolsonarismo passa por apelar com diversas lutas populares as frações de classe, empresas e organizações burguesas que, mesmo não eleitas, governam nosso país há cinco séculos. É preciso ferir a acumulação capitalista e criar organizações de trabalhadores combativas.

Devemos ter independência frente a qualquer governo que assuma o Estado capitalista, inclusive para ter condições de nos opôr à políticas anti-povo. Os governos possuem apenas uma autonomia relativa, e são condicionados pelo poder do capital (incluindo os empresários da fé) e militar. **Sem mexer nestes, as trocas de governo não passam de alterações cosméticas da sociedade.**

Parte da burguesia que sustentou e agora tende a se distanciar do Bolsonaro, não o abandona totalmente. Pois o programa econômico ultraliberal é o ponto de convergência necessário: pacote de privatizações, reformas trabalhistas, previdência, administrativa, tributária, constituinte, de terras. Tais grupos podem até se desligar oportunamente do bolsonarismo e aderir ao lulismo e, nesse cenário, uma vitória eleitoral de Lula representa também os limites e pressões dessa mesma elite nas ações do governo, que como em 2003-2016 tende a ceder para manter-se no cargo de governo.

Trocando o governo, as reformas de Estado ultraliberais serão revogadas? Ou teremos um novo governo administrando esta mesma macroeconomia? Nossa centralidade não deve ser a troca de governo, mas sim a ação direta da classe trabalhadora. Definitivamente, nosso poder não está nas eleições, está em nossa organização e capacidade de enfrentamento.

Mas que enfrentamento temos visto? Lutar tornou-se um verbo descaracterizado hoje em dia. Poucas ações opõem um real enfrentamento de classes. Vemos vários atos de rua ocorrer como desfiles cívicos de sábado a tarde combinados com o Estado e que não tem ameaçado minimamente a ordem política e a circulação da economia, usando métodos pacifistas e legalistas já esperados, acordos com polícia, trajetos previsíveis etc. Estamos sendo massacrados. Chega de passividade! A classe trabalhadora precisa voltar a ser perigosa para a elite!

O *impeachment* da Dilma em 2016 não gerou uma ruptura institucional. É igualmente equivocado a narrativa que tenta equipará-lo com o golpe de Estado civil-militar de 64. Definitivamente, não se pode fazer esse paralelo. O risco de fazê-lo é banalizar e se despreparar para verdadeiras rupturas institucionais cívico-militares (como em 64 no Brasil) ou mesmo ditaduras constitucionalistas (como

a uruguaia em 68-73) e eventuais levantes policiais (como na Bolívia em 2019).

Mas é preciso entender que ele foi operado usando ferramentas formais, informais, legais, infralegais e ilegais. Porém ele não rompe a institucionalidade. Ao contrário, se utiliza da margem de manobra que a própria Constituição e os “jogos parlamentares” permitem para alternância presidencial. De forma resumida, podemos dizer que o *impeachment* e a necessidade e condições para substituir o governo lulopetista foi resultado do:

- 1) acirramento da luta de classes com aumento de lutas autônomas e combativas com ápice em 2013, aumento da massa salarial como fruto de greves e aumento relativo do gasto público;
- 2) uma das piores recessões da história brasileira e necessidade de ofensiva capitalista genuína;
- 3) crises representativas com partidos e instituições estatais;
- 4) seletividade de investigação jurídica e da exposição midiática, sobretudo ao lulopetismo;
- 5) protestos de rua reacionários dando ar de “legitimidade social” ao *impeachment*;
- 6) recrudescimento do aparato estatal repressivo e jurídico punitivo;
- 7) cooptação e contenção das mobilizações populares pela burocracia social-democrata (CUT, CTB etc.);
- 8) fiel aliança do petismo com seus traidores e contra o povo;
- 9) o acirramento da disputa interimperialista global e levantes populares no mundo.

A leitura destes fatores do último período nos servem de alerta. Nossos desafios futuros são muito grandes. A tarefa não será fácil. Porém, mais difícil será sobreviver sem lutar, pois o aprofundamento da derrota será certo. Precisamos enfrentar com paciência e persistência a mobilização do proletariado para criar condições da contraofensiva.



RECEBA NO SEU WHATSAPP AS NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES DA OLTE (SIGA-DF)

1. Adicione nosso zap na sua agenda: **(61) 9.9217-2960**
2. Mande uma mensagem pra gente!
3. Você será adicionado/a em nossa lista de transmissão!

